

A DEFECTOLOGIA E OS FUNDAMENTOS DA OBRA DE VIGOTSKI: UMA PERSPECTIVA ONTOLÓGICA

GT Trabalho, Educação e Formação Humana

O artigo é uma apropriação da leitura dos Fundamentos da Defectologia de Vigotski, tomando por base o pensamento de Marx na compreensão do movimento da realidade. Com efeito, apresentamos um estudo teórico-bibliográfico com foco na obra vigotskiana, que trabalha os conceitos da defectologia centrados na análise ontológica do ser social e suas múltiplas determinações. Para tanto, iniciaremos com uma revisão sobre o fundamento do ser social e a categoria trabalho, para em seguida, nessa perspectiva teórica fundamentamos uma reflexão sobre a defectologia de Vigotski e a educação especial defendida pelo Estado. Da articulação entre a defectologia e a educação especial, tomamos como base a perspectiva marxiana, fazendo uma análise crítica dos documentos produzidos pelas conferências ou fóruns mundiais de educação. Em suma o verdadeiro respeito às pessoas com defeito, acontecerá de fato quando o modelo social estabelecido, diferente deste, para além deste, permitir uma emancipação humana.

As políticas educacionais e as proposições pedagógicas foram reconfiguradas, assumindo na sociedade e na escola pública, papéis e funções específicas centradas no sujeito, a partir da inserção da ordem neoliberal nas últimas décadas do século XX. A educação das crianças com algum padrão de anormalidade toma também uma nova feição, constituindo-se numa expressão importante da Educação Especial. Nesse sentido, a nossa pesquisa fará uma reflexão sobre a defectologia de Vigotski e a educação especial defendida pelo Estado. Para a compreensão dessa articulação entre a defectologia e a educação especial, tomamos como base a perspectiva marxiana, fazendo uma análise crítica dos documentos produzidos pelas conferências ou fóruns mundiais de educação.

No início dos anos 1990 do século XX, presenciamos um forte discurso no âmbito nacional e internacional (Estado e organismos internacionais) da necessidade de melhoria da educação pública. Nessa perspectiva a educação especial surge como uma forma de tentar equalizar as diferenças entre os sujeitos ditos “normais” e as pessoas com deficiência. Neste cenário, a educação desponta

conforme o relatório Jacques Delors (1996), como o maior tesouro a descobrir nesta época de incertezas e ameaças. A educação passa a ser vista como forma de erradicar a pobreza, a miséria, e particularmente, a exclusão social. Deste modo, a essência de cada pilar do conhecimento vem reforçar a nossa denúncia da associação da educação especial às necessidades do processo de “mundialização” do capital, através da formação de um sujeito, no plano discursivo, que atenda as necessidades contemporâneas e, sobretudo ideológicas da fase atual de reorganização do processo produtivo.

1 - TRABALHO E EDUCACAO NO CONTEXTO DA CRISE DO CAPITAL

Iniciamos nossa análise buscando apreender a categoria trabalho e os demais complexos que se articulam com aquele, que sobre o crivo da análise marxiana desponta como o fundante do mundo dos homens. Para tanto, julgamos necessária, uma aproximação à história a fim de explicitarmos os nexos categoriais que fundamentam o processo do homem enquanto ser social. Para Marx, as propriedades sócio-históricas têm seu nascedouro no complexo do trabalho. É nele que o homem eleva-se e evolui da condição de macaco a *homo sapiens*, operando o salto ontológico, que o distanciou das barreiras naturais (esfera biológica). Neste salto, processa-se a humanização do homem, que se soergue a condição de participe do gênero humano, domesticando as outras espécies, e realizando a mediação ineliminável com a natureza, esta por sua vez, comporta uma das definições da própria categoria trabalho. No caminho de explicitação da dimensão ontológica do trabalho, é importante destacar conforme nos ensina os escritos de Marx, a dimensão teleológica do trabalho, que consiste em “projetar de forma ideal e prévia a finalidade de uma ação” (LESSA, 1996, p. 31). A dimensão teleológica do trabalho está expressa no texto de Marx, quando o filósofo de Trier diferencia o pior arquiteto da melhor abelha.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador (MARX, 1988, p. 202).

Podemos constatar, conforme Marx indica que o arquiteto por mais limitado que seja criará sempre o novo, com novas potencialidades, que desencadeará novas possibilidades, e a abelha, ao contrário se encontra presa às determinações biológico-naturais.

O homem é verdadeiramente humano através do trabalho, sua atividade vital. É somente desse modo que os homens satisfazem suas necessidades mais fundamentais; entretanto, o ser social não se restringe à sua existência e à sua atividade unicamente na busca contínua de satisfação de carências materiais. A capacidade produtiva humana vai, além disso, isto é, evolui da esfera de simples satisfação de necessidades físicas e materiais e avança a uma esfera de livre criação, sendo que esta só se efetiva através do ato de trabalho.

No entanto, para além da dimensão ontológica e teleológica expressa na categoria trabalho, Marx, descreve nos seus escritos, O Capital, o processo no qual o trabalho transforma-se em mercadoria. Este sob o capitalismo sofre uma brutal perversão, passando do caráter emancipador, realizador e libertador, a aprisionador do homem.

É por isso que, na atividade produtiva, a condição do trabalhador no sistema capitalista é a de mercadoria e essa condição torna-se pior à medida que a riqueza cresce. O caráter desumanizante que o trabalho assume, força o trabalhador a um tipo de sacrifício, isto é, força-o a efetivar sua práxis produtiva apenas pela troca da manutenção de sua existência e de seus filhos. Desse modo, de acordo com a concepção marxiana, enfatizamos que “O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria [...]” (MARX, 2006, p. 156).

Observa-se nessa esfera a distinção, ou melhor, ainda, a divisão clara entre trabalho abstrato e trabalho concreto. O primeiro mortifica, aliena, cria valor e torna o homem assalariado, o segundo supre as necessidades vitais do homem, realizando a mediação deste com a natureza. Desta forma, sob o domínio do capital, é que o trabalho assume determinadas condições históricas de produção, submete-se a férrea razão da produtividade e se sujeita a violência das coisas e ainda, resulta em forma alienada de produção capitalista, correspondente a forma estranhada do trabalho humano.

2. A CONCEITUAÇÃO DE DEFECTOLOGIA

Segundo Barroco (2007, p. 212), Kaschenko psiquiatra soviético progressista, foi o primeiro a utilizar o termo Defectologia na área educacional, em 1912. Posteriormente, o termo foi cunhado e atrelado ao socialismo. Vigotski, no entanto fundamentou cientificamente a área da Defectologia, com base em estudos teóricos e experiências. Desse modo,

A Defectologia se definia, portanto, como campo integrado que abarcava o estudo e a educação de todas as crianças e adultos com impedimentos ou incapacidades. O termo oficial aplicado à profissão, na qual os indivíduos estudam e ensinam tais crianças trabalham e recebem o treinamento para tanto, é designado defectologista (BARROCO, 2007, P. 212).

Assim sendo, para Vigotski, “com ajuda destes métodos [*a defectologia*] se determina o grau de redução do intelecto, mas não se caracteriza o próprio defeito e a estrutura interna da personalidade originada por ele” (VIGOTSKI, 1989, p. 7). E ainda,

A Defectologia luta atualmente por uma tese fundamental em cuja defesa está a única garantia de sua existência como ciência e é precisamente a tese que sustenta: a criança, cujo desenvolvimento se vê complicado por um defeito, não é simplesmente menos desenvolvida que seus pares normais é uma criança, porém desenvolvida de outro modo (VIGOTSKI, 1989, p. 8).

Assim, a defectologia mostrou-se, revolucionária e inovadora, proveniente do novo tratamento realizado nos aspectos curricular e metodológico, nas escolas para indivíduos com deficiências na antiga Rússia. Igualmente o termo “defeito” foi ganhando espaço nos anos iniciais do século passado, principalmente, pelo uso constante por Vigotski e outros estudiosos. É importante nesse momento ressaltar, que o uso do termo “defeito” por Vigotski, não determinava um preconceito, uma discriminação, senão contrariamente uma manifestação de que a criança não era deficiente, mas a partir do defeito era impulsionada a compensação. O problemático então era aquilo que se fazia socialmente da criança, como o desabrochar do sentimento de menos valia, de inferiorização.

Entretanto, nos dias atuais fazer uso deste termo “defeito” se torna pejorativo, pois na sociedade de direitos formais, na estrutura da sociedade capitalista, o que

está escrito, ou dito possui força. Mesmo, que isso não signifique uma mudança real, concreta e objetiva, na qual se encontram as pessoas com defeito.

Para a Educação Especial a discussão conceitual, a mudança cultural assume uma forte relevância. Sua defesa está em que a leitura social, ou deficiência secundária – entendida como caracterização de uma deficiência comparada à outra; a norma; fora da norma – seria o principal entrave para o desenvolvimento da pessoa com deficiência.

A Educação Especial remete sua argumentação à oposição dos estigmas, estereótipos e rótulos, porque passam as pessoas com defeito. Assim, para os estudiosos da área de Educação Especial, os termos têm grande peso na elevação da cultura de exclusão social. Nessa relação, o vocabulário utilizado pode apontar para o desenvolvimento no âmbito conceitual da inclusão ou não. Como lembra Omote (1999, apud, Magalhães, 2002, p. 27) “efeitos negativos que podem advir não são decorrentes dos rótulos, mas do uso impróprio que se faz deles”. Por isso, na perspectiva da Educação Especial a inclusão não pode ocorrer de forma satisfatória, especialmente no ambiente escolar, quando as práticas educativas continuarem impregnadas de concepções, estereótipos e preconceitos. Assim,

Para Gindis (1999, s. p.), há duas maneiras de aplicar as teorias de Vigotski à Educação Especial contemporânea, por meio da sua teoria geral, conhecido como *Teoria Histórico-Cultural*, e em específico, pela sua teoria especial (menos conhecida), chamada Teoria da “*disontogenese*” (em sentido literal: “desenvolvimento distorcido”). Entendo que o emprego deste termo merece cuidado, visto que até o desenvolvimento sob condição de deficiência revela-se como uma forma de desenvolvimento ontogênico para o autor soviético (BARROCO, 2007, p. 2004).

Para essa área da Educação, apenas a mudança de concepção, cultura, conceito ou vocabulário impulsionaria o verdadeiro respeito aos deficientes. Essa mudança de fato revelaria o primeiro passo para a construção de formas inclusivas para todos. O que no discurso educativo encontramos predominantemente este pensamento. Para Barroco (2007) a Educação Especial

[...] era um “laboratório natural enorme”, no qual as leis psicológicas gerais eram descobertas com base no estudo de “várias anomalias”. Muitos dos conceitos principais de sua Teoria Histórico-Cultural foram

elaborados nessa estrutura da Educação Especial e de suas terminologias teóricas (WERTSCH, 1988; KNOX, KOZULIN, 1989).

Recordemos, o encontro e a declaração gerados algum tempo atrás, realizado em Jomtien (1990), por organismos financeiros multilaterais, com metas e diretrizes para os países da América Latina, apontando uma “*Educação para Todos*” que de fato tem haver com as mudanças implementadas e depois reiteradas em Salamanca (1994), e posteriormente, desdobradas com várias medidas inclusivas, até as fraseológicas na educação.

Sendo assim, a Conferência Mundial de Educação para Todos (EPT), ocorrida em Jomtien na Tailândia, em 1990, com representatividade de 155 países e 120 Organizações Não Governamentais (ONG's), define o fundamento estratégico da educação mundial ao conferir programas de reformas para a educação nos países menos desenvolvidos. A educação, com ênfase na universalização da educação básica, passa a ser vista como o principal motor para atingir os objetivos de sustentabilidade, de equidade e de combate à pobreza nesses países da periferia do capital. Dessa forma, de acordo com Mendes Segundo (2006), sob o patrocínio do Banco Mundial, a conferência de Jomtien teve

[...] como acordo, nos países-membros, o compromisso da universalização da educação básica para a população mundial, fundamentada no entendimento em que este nível é satisfatório às necessidades de aprendizagem. Para alcançar esse objetivo, todos os participantes deveriam adaptar, em seus países, estratégias com vistas a assegurar o direito a uma educação básica de qualidade, com impactos na sociedade e na vida das pessoas (p. 229).

Nesse contexto, o projeto de Educação para Todos, sob a tutela do Banco Mundial, inspirada ideologicamente por uma estratégia política e de cunho econômico, disponibiliza programas que trazem na íntegra um caráter compensatório, com predomínio da racionalização de recursos, da equidade – não da igualdade substantiva – (MÉSZÁROS, 2003) e do gerenciamento eficaz para os países periféricos.

Por sua vez, a Conferência Mundial de Educação que aconteceu em Salamanca na Espanha abriu a grande discussão sobre a Inclusão Escolar. Até os anos de 1980, não havia grandes preocupações com as crianças dita especiais, o que

realmente vinha sendo praticado era apenas mantê-las privadas da convivência com os demais membros da sociedade.

Ademais, na perspectiva de legitimar o direito de educação para todos, em 1994, representantes de 88 países e 25 organizações internacionais realizaram a Conferência Mundial de Educação patrocinado pelo governo da Espanha e pela UNESCO. Sob o contexto dos princípios políticos e das práticas na área das Necessidades Educativas Especiais, contendo como objeto de estudo específico, a atenção educacional aos alunos com necessidades especiais. De tal forma que reconheceram

[...] a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e reendossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados. Acreditamos e Proclamamos que: toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 2004, p. 01).

Assim, avançando para além da base dos decretos e declarações mundiais, uma nova perspectiva de educação e acolhimento da pessoa com defeito não se fará inovadora quando for baseada, como tão bem especificou Marx, apenas em uma correção fraseológica, conceitual ou de terminologia.

O verdadeiro respeito às pessoas com defeito, acontecerá de fato quando o modelo social estabelecido, diferente deste, para além deste, permitir uma emancipação humana. Esse modelo não poderá estar pautado em uma sociedade de classes, clamará pela igualdade, liberdade, não pela diferença. Os discursos correntes na educação, ainda se prendem na mudança da forma e não na mudança real, concreta e objetiva dos grilhões que nos amarram nesta sociabilidade de classes. Para pensar em uma nova realidade de outro tipo para as pessoas com defeito, há de se pensar na libertação do homem, visionando um homem de outro tipo, numa sociabilidade socialista. Assim, esperamos não apenas a correção fraseológica, terminológica, mas a vivência do homem em sua plenitude e gozo de suas reais possibilidades.

Nessa direção, com base na perspectiva marxiana, buscamos o desvelamento e a apropriação crítica dos elementos que nos apontam o real significado dos fundamentos da defectologia, analisando as relações existentes entre

educação especial e as reformas educacionais contemporâneas. Consoante com este referencial teórico, desenvolvemos uma investigação de cunho teórico-bibliográfico, enfocando a defectologia e a educação especial. Para tanto, cuidamos primeiramente de realizar uma revisão teórica acerca da centralidade do trabalho, enfocando a relação deste com os outros complexos sociais, especialmente, a educação. A pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa, desta forma são discutidas as obras que abordam os conceitos e os fundamentos históricos e teóricos da categoria deficiência, defectologia, fundamentalmente, a partir das contribuições filosóficas elaboradas por Vigotski.

Referências

BARROCO, Sonia Mari Shima. **A educação especial no novo homem soviético e a psicologia de L.S. Vigotiski: implicações e contribuições para a psicologia a educação atuais.** Araraquara, 2007. Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

LESSA, Sérgio. **A ontologia de Lukács.** Maceió: EDUFAL, 1996.

LESSA, Sérgio. **Serviço Social e Trabalho: porque Serviço Social não é trabalho.** Maceió: EDUFAL, 2007.

MARX, Karl. **O Capital** (Crítica da economia política). Trad. Reginaldo Sant'Ána. 3ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. Livro Primeiro, Vol.1.

_____. **O Capital:** (crítica da economia política). Livro 1, V.1; - 23ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Paiva. **Traduções para as palavras diferença/deficiência: um convite à descoberta.** In: MAGALHÃES, Rita de Cássia Paiva; LAGE, Ana Maria Vieira [et al] (org.). Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação especial. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.